

À Comissão de Licitação

UASG 154039

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90024/2024

CPM - Comércio Importação e Exportação de Equipamentos para Saúde LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.159.355/0001-11, com sede na Rua Conselheiro Soares Brandão, nº 411, Jardim Paraíso, São Carlos/SP, representada por sua legal representante, **Sra. Pâmela Thais Nogueira de Souza**, CPF nº 414.151.038-60, vem, respeitosamente, à presença de V. S.^a, com fulcro no **art. 165, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da desclassificação de itens de sua proposta no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 90024/2024**, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor.

I – DOS FATOS

No decorrer do **Pregão Eletrônico nº 90024/2024**, a empresa recorrente teve sua habilitação aprovada na fase de propostas, tendo cumprido integralmente todas as exigências documentais e técnicas do edital. Contudo, após análise das propostas, foi **indevidamente desclassificada** em relação a determinados itens, sem que fosse apresentada uma motivação detalhada e fundamentada para tal decisão, em flagrante violação aos princípios que regem o processo licitatório, notadamente os da **legalidade, isonomia, publicidade e motivação**, consagrados na **Lei nº 14.133/2021**.

Ademais, a desclassificação ocorreu sem a observância do direito da empresa ao **contraditório** e à **ampla defesa**, o que compromete a regularidade do ato administrativo, razão pela qual a decisão deve ser revista e reformada.

II – FUNDAMENTOS JURÍDICOS**1. Do Contraditório e da Ampla Defesa**

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 165, IV**, estabelece que, nas decisões administrativas que resultem em desclassificação ou imposição de penalidades, deve ser assegurado o direito ao **contraditório** e à **ampla defesa**, mediante a concessão de prazo e oportunidade para que o licitante se manifeste sobre os fundamentos que levaram à referida decisão.

No caso em tela, a desclassificação dos itens da proposta da recorrente ocorreu sem a devida comunicação formal e sem a concessão de prazo para a empresa apresentar sua defesa ou esclarecer eventuais pontos de dúvida. Tal medida configura **flagrante violação aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa**, conforme entendimento consolidado na **jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, que reafirma a obrigatoriedade de respeito a esses direitos, sob pena de nulidade do ato administrativo (REsp 1320667/DF).

2. Do Princípio da Motivação

A **motivação das decisões administrativas** é exigida pelo **art. 3º, inciso VIII**, da Lei nº 14.133/2021, que obriga a Administração Pública a fundamentar suas decisões, especialmente aquelas que envolvem desclassificação de propostas ou imposição de penalidades.

A **motivação** deve ser clara, precisa e detalhada, indicando as razões de fato e de direito que embasaram a decisão. A ausência de motivação adequada configura nulidade do ato, conforme ensina a doutrina de **Marçal Justen Filho**:
"A motivação é a explicação das razões de fato e de direito que fundamentam a decisão. Sua

ausência ou deficiência resulta em nulidade do ato administrativo." (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., p. 131)

No caso presente, a desclassificação dos itens não foi acompanhada de uma justificativa pormenorizada que explicasse os fundamentos técnicos ou jurídicos que ampararam a decisão, o que compromete a validade do ato, conforme preceitua a **jurisprudência do STJ no REsp nº 1237587/DF**, que determina a nulidade de atos administrativos desprovidos de motivação adequada.

3. Do Princípio da Estrita Vinculação ao Edital

O **princípio da estrita vinculação ao edital** é um corolário do princípio da **legalidade**, previsto no **art. 5º, inciso XXIII**, da Lei nº 14.133/2021, e estabelece que a Administração Pública deve observar rigorosamente as condições e exigências previstas no edital, que constitui a "lei interna" da licitação.

O **art. 41 da Lei nº 8.666/93** (aplicável à nova Lei nº 14.133/2021) reforça que a Administração não pode alterar as condições do edital após sua publicação, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas. Assim, qualquer desclassificação de itens que não se fundamente em cláusulas claras e objetivas do edital é nula, por violar o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório**.

Esse entendimento é corroborado pela **jurisprudência do STJ**, que em **REsp nº 421946/DF** afirma que a Administração não pode afastar-se das condições estabelecidas no edital sem justificação plausível.

4. Do Princípio da Isonomia

O **princípio da isonomia**, consagrado no **art. 3º, §1º**, da Lei nº 14.133/2021, assegura que todos os licitantes devem ser tratados de maneira **igualitária**, sem discriminação indevida. A desclassificação dos itens da proposta da recorrente, sem uma fundamentação técnica e jurídica clara, configura tratamento desigual em relação aos demais concorrentes, em violação ao princípio da **isonomia**. A jurisprudência do **STJ**, como no **REsp nº 1310543/DF**, reafirma que todos os licitantes devem ser submetidos às mesmas condições, e que qualquer decisão que implique tratamento desigual deve ser devidamente justificada.

III – DOS PONTOS DO RECURSO

Item 22 – Equipamento KD-RS5

O modelo **KD-RS5** apresentado pela recorrente atende integralmente às especificações do edital, em especial quanto à **quantidade mínima de programas e memórias** para edição e à **transferência automatizada de dados**. A inclusão do **filtro de carbono ativado** é opcional, conforme expresso no próprio edital, e pode ser fornecido conforme a necessidade do contratante. O interesse do responsável técnico, **Sr. Maiko**, atesta a adequação do equipamento às exigências da licitação.

Item 27 – Impressora de Cassetes

A **impressora de cassetes** apresentada pela recorrente cumpre integralmente os requisitos do edital, incluindo a **capacidade de imprimir cassetes com ângulo de 35°** e **ajuste mecânico** para garantir a precisão da impressão, bem como a exigência de interface de **display sensível ao toque** (LCD, LED ou cristal líquido). O interesse do responsável técnico, **Sr. Maiko**, confirma a compatibilidade do produto com as necessidades da licitação.

Item 23 – Impressora de Lâminas

A **impressora de lâminas** oferecida possui **cesto adicional** para lâminas, com **slot único para encaixe**, atendendo perfeitamente à funcionalidade do equipamento, além de ser compatível com **códigos 2D (QR Code, matriz de dados)**, conforme exigido no edital. A manifestação do responsável técnico, **Sr. Maiko**, corrobora a adequação do equipamento.

Item 29 – Processador de Tecido

O **processador de tecido** apresentado possui **reservatório de parafina de 3,5L**, em vez de 3,8L, conforme exigido no edital. Contudo, a diferença de **0,3L** não prejudica a funcionalidade e a eficiência do equipamento, que atende plenamente às demais especificações. O interesse demonstrado pelo responsável técnico, **Sr. Maiko**, reforça a compatibilidade do equipamento com as necessidades da licitação.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a **reconsideração da desclassificação** dos itens mencionados, com base nos princípios constitucionais e legais aplicáveis, notadamente os da **observância ao contraditório e à ampla defesa, motivação, estrita vinculação ao edital e isonomia**, conforme preceituado na Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

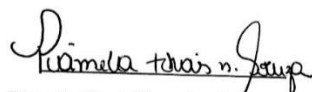
Requer-se, ainda, a **reavaliação da documentação** apresentada, de forma a assegurar a continuidade da empresa no certame, em conformidade com as exigências do edital e a legislação aplicável.

V – DO ENCERRAMENTO

A empresa coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais ou para o fornecimento de documentos complementares, caso necessário. Reiteramos a confiança de que este recurso será reavaliado à luz dos princípios que regem a Administração Pública, assegurando a **justiça e a equidade** no certame.

Nestes termos, pede deferimento.

São Carlos, 14 de novembro de 2024.


Pamela Thais Nogueira de Souza
Representante Legal
RG: 49.241.092-6
CPF: 414.151.038-60

26.159.355/0001-11
INSCR. EST. 637.394.249.118
CPM - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
PARA PATOLOGIA DIRETA - ME
AVENIDA ROMUALDO VILLANI, 512 - SALA 2
JARDIM IPANEMA - CEP 13563-051
SÃO CARLOS - SP